

**Audiência 18 de Maio de 2016**

**Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna**

**Dr.ª Isabel Oneto**

---

## **AGENDA**

***Avaliação do Regime Jurídico da Segurança Privada - RJ-SP***  
*(Lei 34/2013 de 16 de Maio e especificamente a Portaria 273/2013)*

### **1. Problemática da aplicação do RJ-SP aos Conjuntos Comerciais (n.º 2 do Art. 8.º da Lei 34/2013 de 16 de Maio)**

Publicação e entrada em vigor do RJ-SP com a inclusão dos Conjuntos Comerciais, sem que o sector tenha sido ouvido;

O RJ-SP não acomodou as boas práticas desta indústria em matéria de *Security*, tidas pelos promotores como fundamentais para a operação dos centros, independentemente de qualquer enquadramento legal - *Anexo I*;

O RJ-SP não considerou as características específicas das Centrais de Segurança pré-existentes nos centros comerciais, desenhadas e implementadas sobre um racional adequado à resposta operacional destas unidades, face aos riscos reais e aos eventuais riscos prováveis;

O RJ-SP promoveu um considerável agravamento dos investimentos nas Centrais, equiparando-as, sobre o ponto de vista técnico, às Centrais de Controlo das Empresas Fornecedoras dos Serviços de Segurança, titulares de "Alvará C", sem que esteja inerente qualquer estudo, ou análise prévia de risco que sustente tão desmesurados investimentos;

O RJ-SP não considera a pré-existência de sistemas de videovigilância e de alarmes anti-intrusão em funcionamento e dentro dos parâmetros de vida útil dos equipamentos, impondo uma substituição destes sistemas por outros mais modernos e de últimas gerações, conforme as especificações técnicas que constam na Portaria 273/2013 de 20 de Agosto, sem ponderar os avultados investimentos a efectuar pelos operadores;

**Audiência 18 de Maio de 2016**

**Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna**

**Dr.ª Isabel Oneto**

---

## **2. Intervenção da APCC em face do cenário criado pela aplicação do RJ-SP aos Conjuntos Comerciais**

A APCC promoveu a intervenção e posterior diálogo junto do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, após a entrada em vigor do RJ-SP;

A APCC promoveu diversas reuniões de trabalho com o Departamento de Segurança Privada da Polícia de Segurança Pública (DSP-PSP) que resultaram em distintas interpretações do RJ-SP na sua aplicação aos Conjuntos Comerciais;

Intervenção no âmbito do Conselho da Segurança Privada enquanto membro não-permanente esclarecendo os pontos críticos da aplicação do RJ-SP aos centros comerciais;

Criação do Grupo Técnico da APCC dedicado ao debate das matérias relacionadas com *Safety* e *Security* em Centros Comerciais, promovendo a articulação e partilha de informações entre operadores do sector, e habilitando a APCC como o pivô de informação deste sector;

Solicitação de Parecer ao Professor Rui Pereira denominado "Estudo sobre o novo regime da Segurança Privada para Conjuntos Comerciais", entregue em Janeiro de 2015 ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna e ao DSP-PSP;

## **3. Ponto de situação relativo à aplicação do RJ-SP aos Conjuntos Comerciais de dimensão $\geq 20.000 \text{ m}^2$ de A.B.L.**

Os conjuntos comerciais abrangidos pelo RJ-SP estão a promover um grande esforço no sentido de se adaptarem, nos prazos previstos, a esta Lei;

Está em curso a Instrução de Pedidos de Dispensa Parcial de Sistemas de Segurança e de Requisitos Mínimos junto do Departamento de Segurança Privada da Polícia de Segurança Pública, nos termos da nova redacção do artigo 114º da Portaria 273/2013 de 20 de Agosto, conferida pela Portaria 106/2015 de 13 de Abril.

**Audiência 18 de Maio de 2016**

**Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna**

**Dr.ª Isabel Oneto**

---

#### **4. Propostas genéricas de alteração do RJ-SP**

Face ao percurso feito até aqui, e aos ensinamentos que daí se podem retirar, é entendimento da APCC e dos seus associados que na revisão da lei se deve assegurar:

- a) Que as instalações e medidas de segurança previstas para as centrais de controlo dos conjuntos comerciais, deixem de ser equiparadas às instalações das empresas de segurança privada detentoras de Alvará C (n.º 2 do Art. 94.º da Portaria 273/2013 de 20 de Agosto), por se tratarem de actividades distintas que comportam riscos incomparáveis;
- b) Adequar uma eventual alteração do RJ-SP à real operação de segurança dos Conjuntos Comerciais, tendo em conta uma avaliação de risco fundamentada e credível.
- c) Considerar passíveis de serem avaliadas pelas entidades competentes, as medidas estruturais e os modelos de organização da segurança instaladas nos centros comerciais existentes, de modo a que estas possam substituir parcialmente os sistemas e requisitos impostos pela Portaria 273/2013 de 20 de Agosto - *Anexo I*;
- d) Considerar as melhores práticas ao nível europeu no que respeita à aplicabilidade das Leis Nacionais de Segurança Privada, à indústria dos Centros Comerciais - *Anexo II*;

Face ao Exposto, a APCC demonstra total abertura para colaborar com a Administração e com as entidades fiscalizadoras. Neste sentido, para a APCC é fundamental a manutenção no seio do Conselho da Segurança Privada, bem como a inclusão no eventual futuro Grupo de Trabalho da Segurança Privada;

***Anexo I - Medidas Estruturais de Organização e Gestão da Segurança***

***Anexo II - Legislação da Segurança Privada - Aplicação aos CCs - Comparada***

## Regime Jurídico da Segurança Privada

### ANEXO I

## Medidas Estruturais de Organização e Gestão da Segurança

#### **1 Avaliação e Análise do Risco (Security):**

- 1.1 Registo de ocorrências;
- 1.2 Construção de modelo de análise de ocorrências segundo o tipo:
  - 1.2.1 Classificação/Tipificação das ocorrências - [segundo o potencial de risco];
  - 1.2.2 Estabelecimento de procedimentos de actuação para cada tipo de ocorrência;
- 1.3 Avaliação dos Níveis de Risco:
  - 1.3.1 Avaliação do Nível Geral de Risco do Centro Comercial - Rácio [n.º de ocorrências/n.º visitantes];
  - 1.3.2 Avaliação do Nível Específico de Risco por zonas/lojas do Centro Comercial - Rácio [n.º e tipo de ocorrência por local];
- 1.4 Análise prospectiva do risco:
  - 1.4.1 Caracterização de eventos potencialmente perigosos [meet's; concertos; manif. políticas, manif. Desportivas, etc.];
  - 1.4.2 Agendamento e registo de eventos futuros nos centros, ou em zonas contíguas;
  - 1.4.3 Adaptação do dispositivo de segurança, face às expectativas de evolução do risco;

#### **2 Organização integrada da componente da vigilância humana:**

- 2.1 Vigilância humana contratada segundo modelo formal hierarquizado:
  - 2.1.1 Descritivo das funções de vigilantes e hierárquias [organigrama] no Centro Comercial;
  - 2.1.2 Formação específica para a operação de segurança num determinado Centro Comercial;
  - 2.1.3 Formação e simulação de operações de emergência - respostas a ocorrências *Safety* e de *Security*;
- 2.2 Policiamento gratificado:
  - 2.2.1 Predefinição da articulação entre agentes gratificados e direcção de segurança do Centro Comercial;

#### **3 Organização dos sistemas de comunicações:**

- 3.1 Sistema de som interno - para as áreas comuns - clientes e lojistas;
- 3.2 Estrutura de comunicações independente via rádio;
- 3.3 Modelo formal hierarquizado das comunicações;
- 3.4 Parâmetros de comunicações de emergência;
- 3.5 Predefinição de protocolo de comunicação com as autoridades policiais;
- 3.6 Envolvimento de todas as equipas no modelo de comunicações:
  - 3.6.1 Vigilância humana e gestores da segurança (internas e/ou contratadas);
  - 3.6.2 Limpeza (equipas internas e/ou contratadas);
  - 3.6.3 Manutenção técnica do edifícios e equipamentos (equipas internas e/ou contratadas);
  - 3.6.4 Administração do Centro Comercial;

#### **4 Operacionalização das medidas de segurança:**

- 4.1 Definição dos níveis de acesso às centrais de segurança;
- 4.2 Mestragem de chaveiro e sistemas de segurança;
- 4.3 Existência de equipamentos de apoio:
  - 4.3.1 Unidades Portáteis (U.P.) receptor/emissor rádio;
  - 4.3.2 U.P. de sinalização (sinalética);
  - 4.3.3 U.P. aviso sonoro (megafone);
  - 4.3.4 U.P. iluminação (lanternas);
- 4.4 Manual de procedimentos pré-definidos
  - 4.4.1 Procedimentos preventivos;
  - 4.4.2 Procedimentos de atuação em função do nível de risco da ocorrência;
  - 4.4.3 Procedimentos de atuação pós-ocorrência;

## Private Security legislation for Shopping Centers - National laws and regulations

COUNTRY	LEGISLATION	ASSESSMENT	REQUIREMENTS/SYSTEMS	Portugal	
				REQUIREMENTS SPECIFICATION	
Portugal	Decree-Law 34/2013, of 16 May / Ordinance 273/2013, of 20 Aug	Shopping Centers with GLA $\geq 20,000$ sq m	1.  Security chief / Director of Security (Portugal, Spain, Turkey, Russia)  Security chief / Director of Security Security Agents (France)	1	Professional requirements: Regulated profession under professional title
				2	Work contract: Written long term contract / After hiring process or termination report to the police force department is required
France	- Law 83-629 July 1983 - Decree 2002-329 March 2002 Law 95-73 January 1995	12 8 21 Any kind of assets: - Shopping Centers - Stadlums - Office buildings - Entertainment, leisure, cinemas, etc.	2.  Video-surveillance system (Portugal, France, Spain, Russia)  Private Security Licensing for a Project / Video-surveillance system (Turkey)	3	Able to exercise functions: Portuguese citizen or not under requirements, with capacity, without conviction or sanctions and with 12th years of schooling/ Can not be cumulative with director, administrator or manager functions/ Defined Director of security specific courses and definition of programmes /Or with professional qualifications recognised
				4	Skills: Integrated management/Control/Work in articulation with police forces and services/Keep floor plans/ Admitted one central department for all the management economic group
Spain	Law 5/2014 of 4th april 2014. Royal Decree 2487/1998 which regulates the aptitudes to be Private Security Agent and Royal Decreee 2364/1994 of 9 December the Private Security Regulation	Any kind of assets: - Shopping Centers - Stadlums - Office buildings - Entertainment, leisure, cinemas, hospitals, etc.		1	Registration and authorization: System authorization by CNPD/ Registration on police force department by the responsible
Turkey	Law 5188, of 10 June 2004 regarding Price / Regulation of 10 July 2004.	No specific Law for Private Security at Shopping Centers. The Law regulates the Private Security Services on a broader scope. (Residentials, Mixed Use Projects, Offices, Hospitals, et...)	3.  Security and Protection devices (all)	3	Cameras: Protection against vandalism IP66/ Compression system H264/ Full-color / With specifications to allow identification and recognition of persons (Reference: Regulation n.º2252/2004, Council, December, 13)
				4	Transmission: Of images and sound when authorised/ Real-time monitoring/ Wireless point-to-point/ Ensure transmissions/ Secure control system/ Authentication of users or operators
Russia	1. Law No.2487-1 of the Russian Federation "On private detective and security activities in the Russian Federation" dated March 11, 1992; 2. Law No.152-FZ of the Russian Federation "On personal data" dated July 27, 2006.		4.  Control center room (all)	5	Security records and auditing: Video Images and interventions in digital format/ Encrypted/ Real-time/ Synchronised with legal time/ Auditable/ Local operating with event logging system / 2 years to adapt
				1	Security of installations: Alarm with intrusion detection system/ Can't be housing/ Restricted access/ If exists key holding, must be kept in a strong-box level 3 EN 1143-1
				2	Special requirements: Security system with redundant communication / Alarm system level 4 (EN 50131-1) or less if authorised
				3	Siren alarm systems: Specifications and transmission models set down in law/ If set up a call to authorities it has to be registered in the local police department
				4	Alarm system specifications: must comply with EN 50130/ 501313/ 50132/ 50133/ 50136/ CLC/TS 50398
				5	Valuable transport: Security parking area for vehicle or dedicated loading and unloading parking bays / Access walls and doors FB2 (EN 1522)
				1	Security installations: Connected to a Control center receiver alarm signs and video-surveillance with continuous operation, redundant communication, transmission data and supervising lines
				2	Specifications of control center room: With minimum 2 operators/ Access door armored class 3 (EN 1627)/ Magnetic average power/ Volumetric detection EN 50131-1/ Generator with 6 hours autonomy/ Walls resistance FB2 (EN 1522)/ Armored glasses BR4 (EN 1063)/ Interlocking doors with controlled opening/ Admitted one centralized control center for all the management economic group/ Gradual adaptation to this specifications

Private Security legislation for Shopping Centers - National laws and regulations

France	Spain	Turkey	Russia
REQUIREMENTS SPECIFICATION	REQUIREMENTS SPECIFICATION	REQUIREMENTS SPECIFICATION	REQUIREMENTS SPECIFICATION
Special agreement for Private Security Companies and their Managers delivered by the Homeland Ministry	Professional requirements: Regulated profession under professional title	Must be employed by the Licensed Security Company. Must have obtained the personal qualification licenses defined by PS Law.	Membership requirements: must be a member of a legal entity specially established for private security purposes (the "Security Company") that has a license issued by the internal affairs authorities. The law does not establish the need for a Security Chief/Director of Security of a shopping center to be the head of such Security Company.
Individual agreement (COP) for Private Security Agents (ADS) delivered by the National Council of Private Security Activities (CNAPS). No	Director of Security: University Degree according to Private Security and for Private Detectives. University Degree according to Private Investigation.	Written long term contract / After hiring process or termination report to the police-force department is required.	Labor contract: a security officer must have a labor contract with the Security Company.
No regulation regarding the number of Security Agents. In periods of terrorist threats the Government can ask Shopping Centers to provide Private Security Agents at the entrances to "have a look" at the customers belongings. However, they are not authorized to search in them.	Capability: Enable by de Ministry of Interior: Have the nationality of any member State of the EU- adult; physical ability and psychological attitude necessary; be in possession of the relevant accreditation certificate issued by a training center Private Security which submitted the sworn statement to the Ministry of Interior.	Professional trainings required. Has to be licensed. Has to pass exams for license renewal on every 5 years. (this applies to all levels of security personnel). Health conditions confirmed by medical report. (Physiological and neurological)	Professional requirements: professional training that includes passing a qualifying exam, confirmed by a certificate of a private security guard (valid for 5 years).
	Skills: Integrated management/Control/Work in articulation with police forces and services/Keep floor plans/ Admitted one central department for all the management economic group		Persons admitted: Russian citizens over age 18, with legal capacity, without a criminal record, without medical restrictions to perform duties of a private security guard, etc. Other: head of the Security Company must not be engaged in security activities simultaneously with civil service or with an elective paid position in public organizations.
An Authorisation must be delivered by the Prefecture before the Installation starts into operation. This authorisation is valid for 5 years but must be renewed in case of any technical change. The authorisation indicates the duration of Images shelf (Usually 1 to 3)	An Authorisation must be delivered by the Organism involved in each case.	Private Security Comissions are established in every City under the Governor Office. Private Security Commission review and Governor approval on the "security planning" is required to issue Private License Certificate for a project.	Awareness requirements: when providing security services by means of video surveillance, visitors of a shopping center must be informed of such video surveillance by posting relevant information in areas that provide guaranteed visibility of such information during daytime and at night.
The authorisation file must content: - A technical description of the installation (number and type of cameras) - A map showing the installation of cameras and their coverage areas - The process (Authorized persons) for images consultation In some cases the images are sent to the Police Video Monitoring Center (Needs a special convention with Police)	Video surveillance services when used to prevent or avoid damage to persons or property, or prevent unauthorized access, will be provided only by Private Security. Image system can't be copied/ Under General data protection Regime/ Sound has to be authorised /Keep images for 30 days.	No specific requirement by Law. Private Security Commission may request specific applications on project basis.	Notification: prior notification of the Federal Service for Supervision of Communications, Information Technology and Mass Media (Roskomnadzor) is required in order to process personal data (including video surveillance).
When the Shopping Center is closed (Night, Sunday, etc.) the images can be sent to a private Monitoring Center (With the same requirements regarding Privacy)	Should this images involve any crime or affect to citizens security, they must be submitted to the Police.		
	Video surveillance system can not be used to take images or sounds of public spaces, in case an authorisation by the Organism involved is given. Should the images be taken in a private domain, an specific authorisation of the owner is required.		
No authorisation is required for alarm / intrusion systems. No authorisation is required to settle alarm buttons in shops linked with the Shopping Center Security Room. Money and Valuable transport: Specific arrangements (Dedicated park places alongside the buildings, dedicated bay doors, secured corridors) may be required	No authorisation is required for alarm / intrusion systems. No authorisation is required to settle alarm buttons in shops linked with the Shopping Center Security Room. Protection devices connected to Control Centers or Alarms, must be executed by accredited technicians according to an Installation Project done by Engineers. This systems will be revised with the periodicity established in each case. Protection Devices: Physical security, whose functionality is to prevent or hinder access to certain places or goods by interposing any physical barriers. Electronic security, aimed at detecting or warn any kind of threat, danger, presence of attempted assault or intrusion that may occur, by activating any kind of electronic devices.	No specific requirement for x ray and similar devices by Law. Private Security Commission may request specific applications on project basis. Private Security Commission is authorized to determine what kind of protective weapons shall be used and number of armed security required for Money and Valuable transports.	There are no specific requirements.
	Computer security, designed to protect and safeguard the integrity, confidentiality and availability of information and communication systems, and the information contained therein; Organizational security, aimed to prevent or terminate any kind of threat, danger or deliberate attack by arranging, scheduling or planning of tasks, functions or tasks formalized or executed by people and Personal safety, for the provision of security services regulated by this law, other than those that constitute the specific subject of the above.		
No public specific requirement.	There are no specific requirements.	No specific requirement by Law. Private Security Commission may request specific applications on project basis.	There are no specific requirements.